



41 colaborar de alguma maneira para a inclusão digital diante do ENPE II. Sr. Djalma informou que  
42 esse Conselho debateu e aprovou o Relatório para construção de propostas de uma política de saúde  
43 mental no meio do ano passado e que foi feita uma solicitação para inclusão na pauta da próxima  
44 reunião do ConsUni para dar seguimento ao que foi acordado; disse que esse relatório foi  
45 construído desde 2018 e aprovado na metade do ano passado nesse Conselho e o seu caminho  
46 institucional era ir ao ConsUni e ser debatido, encontrando formas de colocar em prática as ações  
47 que o relatório apontava. 1.2. INFORMES DAS UNIDADES: Não houve informes. 1.3.  
48 INFORMES DOS MEMBROS: Não houve informes. 2 ORDEM DO DIA - 2.1 Ata da 49ª Reunião  
49 Ordinária do CoACE: A ata foi aprovada por unanimidade. 2.2 Nomeação de membros para compor  
50 o Grupo de Trabalho para proposições e monitoramento das ações de permanência e assistência  
51 estudantil implementadas enquanto durar o Ensino Não Presencial Emergencial (ENPE): Sr. Djalma  
52 apresentou os servidores indicados pelos Departamentos da ProACE para compor o GT que já vinha  
53 se reunindo semanalmente; o DeAE indicou a Tânia Regina Micheletti e Valdez de Fátima  
54 D'Onofre Neves; o DeAS indicou a Simone Di Salvo Mastrantonio, o DeACE-Ar indicou a Aline  
55 Deborah Bento Valentim e a Fernanda de Cássia Israel Cardoso, o DeACE-So indicou a Márcia  
56 Regina Pires Bracciali e o Luiz Ferraz de Sampaio Neto e o DeACE-LS indicou a Sônia Faria  
57 Cintra de Jesus e a Tatiane Carolina Martins Machado Rodrigues; disse que essa era uma demanda  
58 de ampliação do GT com a participação de pessoas que trabalham na área da Assistência Estudantil  
59 e Saúde. 2.3 Relatório Preliminar do Grupo de Trabalho para proposições e monitoramento das  
60 ações de permanência e assistência estudantil implementadas enquanto durar o Ensino Não  
61 Presencial Emergencial (ENPE): Sr. Djalma disse que o Relatório trazia o relato das primeiras  
62 reuniões realizadas pelo GT e oito sugestões para debate e aprovação do Conselho; disse que o GT  
63 está sempre se reunindo e que irá trazer as proposições para o Conselho para serem aprovadas ou  
64 não. Sr. Djalma fez uma síntese e contextualização do trabalho do GT; explicou que em agosto do  
65 ano passado foi construído um GT que tinha essa mesma característica de tentar construir  
66 mecanismos, ações e estratégias de permanência estudantil e atenção à saúde no contexto da  
67 pandemia; disse que na metade do ano passado foram desenhadas ações institucionais que foram  
68 colocadas em prática, que tinham uma validade que acabava em dezembro/janeiro, e que nesse  
69 momento se estava passando pelo processo de transição de gestão, com uma gestão pró-tempore;  
70 disse que foi decidida em uma reunião no Conselho, em dezembro, a prorrogação desses auxílios,  
71 ações e estratégias para janeiro, fevereiro até que se pudesse se reunir; disse que estava previsto em  
72 dezembro uma avaliação das ações e estratégias, que não ocorreu por causa do processo de  
73 transição, e que foi aprovada, naquela reunião em dezembro, a retomada do GT com essa  
74 característica de proposição e também de acompanhamento; disse que quando o GT começou a se  
75 reunir em 2021 se tinha um cenário diferente do cenário do trabalho do GT de agosto do ano  
76 passado, que teve as mesmas características, e a maior diferença é o desenho orçamentário do atual  
77 momento; disse que quando o GT discutiu ações e estratégias de permanência estudantil e atenção à  
78 saúde, em agosto, foi debatida a construção de alguns benefícios e auxílios para garantir a  
79 assistência e permanência estudantil de um grupo de estudantes que estavam em situação de  
80 vulnerabilidade por causa da pandemia; disse que para executar esses benefícios foi feito um  
81 trabalho dedicado e aprofundado em cima do orçamento da Universidade; disse que naquela ocasião  
82 foi possível, pois a Universidade tinha recursos e previsões de investimentos na área da assistência  
83 estudantil e com isso conseguiu prever um recurso do PNAES, que geralmente fica no final do ano  
84 para dar conta do pagamento das bolsas até o orçamento da União ser repassado para a  
85 Universidade; pegando esse recurso e dividindo-o para os meses de setembro, outubro, novembro e  
86 dezembro para garantir as bolsas que tinham sido criadas; disse que quando GT se reuniu em  
87 janeiro, se tinha outra realidade orçamentária, pois não se tem um orçamento ainda, a lei  
88 orçamentária anual está extremamente atrasada e tem uma perspectiva de ser aprovada no final de  
89 março ou abril, o que significa que até hoje as Universidades e Órgãos Federais estão sem o  
90 orçamento definido, o que causa diversos problemas em relação a planejar e projetar possibilidades  
91 de concessão de auxílios e benefícios; disse que está sendo feito um trabalho com a ProAd para  
92 conseguir dar conta das demandas de bolsas, auxílios e benefícios que já foram construídas e

93 consolidadas no ano passado para não descontinuar nesse momento; disse que tem uma previsão de  
94 corte de recurso para o PNAES na ordem de um milhão e cem mil reais para UFSCar, que esse  
95 cenário não é exclusivo da UFSCar e sim de todas Universidades Federais; disse que o corte no  
96 orçamento de uma forma geral para o funcionamento da Universidade e o corte específico no  
97 PNAES está sendo debatido nos grupos e principalmente no Fórum Nacional de Pró-Reitores de  
98 Assuntos Comunitários e Estudantis (FONAPRACE) para se fazer uma pressão, um trabalho junto  
99 ao Congresso para se reverter essa situação; disse que esse relatório era preliminar e já apontava  
100 algumas possibilidades e caminhos considerando esse cenário de indefinição orçamentária que foi  
101 colocado e que está sendo vivenciando nesse momento; disse que o GT fez um trabalho de revisão  
102 das normativas, sobretudo a resolução do CoACE n °15 que dispõe sobre as questões relacionadas à  
103 permanência estudantil e atenção à saúde na pandemia, que já sofreu uma alteração na reunião do  
104 CoACE de dezembro, no seu artigo que finalizaria em dezembro que se prorrogou até o final do  
105 ENPE; disse que se debruçaram e fizeram conversas técnicas sobre essa resolução; disse que na  
106 construção do benefício na situação da pandemia se estabeleceu dois grandes grupos de estudantes  
107 dentro desses dois maiores grupos de benefícios construídos; disse que se tinha o que se  
108 convencionou chamar de Bolsa Alimentação em Espécie (BAE) que atenderia, com um acréscimo  
109 de recurso, estudantes que já eram bolsistas alimentação na Universidade; e foi feito um outro  
110 movimento para mapeamento dos estudantes que já eram bolsistas do PAE, mas não  
111 necessariamente bolsistas alimentação, e também não bolsistas, sendo que desses a maioria  
112 ingressou em 2020; disse que o ingresso no PAE foi feito até uma primeira parte e as demais foram  
113 suspensas por conta da pandemia, existindo assim um grupo de estudantes que ingressaram em  
114 2020, mas não conseguiram ingressar no PAE; disse que nessa Resolução se criou a nomenclatura  
115 para Bolsa Alimentação em Espécie (BAE) e o NÃO BAE, que seria uma bolsa para pessoas que  
116 não recebiam bolsa alimentação dentro do PAE; disse que essa nomenclatura tinha um contexto  
117 histórico e que para quem participou de sua criação ela era bem explicativa, mas quando se entra na  
118 cadeia de pagamentos dos benefícios e essa nomenclatura começa a percorrer as áreas de  
119 orçamento, pagamento e auditoria interna, há um estranhamento dessa nomenclatura porque se tem  
120 bolsas sendo pagas para alunos não bolsistas alimentação em espécie (NÃO BAE); disse que foi  
121 sugerido que se mantivesse o que o BAE e NÃO BAE significa, mas que se alterasse essa  
122 nomenclatura; uma das propostas do GT seria que se alterasse o BAE para BAE-I e o NÃO BAE  
123 para BAE-II. Sr. Ivanildo complementou que era preciso ter cuidado com a questão jurídica e por  
124 isso que foi discutida a alteração do nome, e que qualquer dúvida que surgisse nesse sentido dever-  
125 se-ia questionar o setor competente. O discente Gustavo pediu para esclarecer as dificuldades  
126 jurídicas das nomenclaturas e dos grupos estabelecidos nesse momento, Sr. Djalma respondeu que  
127 não havia problemas em relação aos grupos dos estudantes beneficiados e sim na nomenclatura,  
128 porque existir uma bolsa para um não bolsista causava estranheza jurídica. Sr. Djalma seguiu com  
129 as propostas do Relatório do GT: 2. Solicitar a análise do Comitê Gestor da Pandemia e do Núcleo  
130 Executivo de Vigilância em Saúde nas deliberações do CoACE que possam envolver risco à saúde;  
131 3. Realizar ações para o mapeamento das/dos discentes para ajudar a nortear as ações do GT quanto  
132 a novas configurações e distribuições de bolsas; explicou que precisavam atualizar o mapeamento  
133 dos estudantes para entender a situação e o contexto de vida, familiar, condições biopsicossociais  
134 para fazer uma ação que consiga atualizar os benefícios da assistência estudantil no contexto da  
135 pandemia; disse que essa ação era importante porque se tinha relatos em reuniões do GT, das quais  
136 participaram pessoas do Departamento de Assistência Estudantil, que são as pessoas que fazem o  
137 acolhimento das demandas que chegam à ProACE, campus São Carlos; e existe uma situação que  
138 agrava todo dia, a situação da pandemia, e isso altera e interfere no risco de vulnerabilidade; disse  
139 que iriam promover e realizar a execução desse mapeamento para que pudessem atualizar esse  
140 cenário que agora é totalmente diferente; 4. Que o CoACE organize Rodas de Conversa para  
141 levantar demandas e publicizar ações do GT, não apenas propondo ações, mas também monitorando  
142 essas ações durante o ENPE 2 ampliando o debate sobre assistência estudantil nas Universidades  
143 Federais na atual conjuntura e que estes eventos prevejam certificados de participação; explicou que  
144 essa era uma tentativa de levar o debate da UFSCar em diálogo com os debates que estão

145 acontecendo em outras Universidades porque a luta é do Ensino Superior Público, de ampliação de  
146 recursos e contra os cortes dos investimentos na área da assistência estudantil; e que era importante  
147 poder fazer articulações com outras Universidades, promovendo debates e vendo como essas outras  
148 Universidade estão lidando com a questão da permanência estudantil, na tentativa de fazer uma  
149 mobilização e mostrar o trabalho que tem sido feito no GT, na ProACE e no CoACE em diálogo  
150 com essas Universidades; disse que havia um grupo de whatsapp com os Pró-Reitores e Pró-  
151 Reitoras da Assistência Estudantil onde se tem muito diálogo e trocas, existindo muitas coisas em  
152 comum e diferentes também e que seria interessante convidar o FONAPRACE para se fazer esse  
153 debate, ampliando para uma conjuntura nacional; 5. Diante da indefinição da aprovação da LOA,  
154 prevista para ser concluída no final de março, conduzir até março de 2021 os auxílios definidos  
155 anteriormente e, com a disponibilização do orçamento de 2021, reestruturar a distribuição das  
156 bolsas e auxílios mediante demandas apresentadas; 6. Ter o compromisso de que a partir de abril,  
157 com a definição da LOA ou não, comecem a ser tomadas providências quanto à nova configuração  
158 de distribuição de bolsas se orientando pelo mapeamento dos/as discentes e pela disponibilidade  
159 orçamentária; disse que os itens 5 e 6 partem da previsão orçamentária, mas que se chegassem até  
160 abril sem o orçamento, independente disso, trabalhariam dentro das possibilidades orçamentárias  
161 que se teria considerando o mapeamento proposto no item 3, reconfigurando os auxílios e  
162 benefícios; 7. Criar novos espaços coletivos com discentes, necessariamente não com caráter de GT,  
163 para escuta, acolhimento de demandas e para se pensar em operacionalização e trabalho dessas  
164 demandas, afinadas com a equipe do DeAE para que o foco do GT passe a ser a garantia de bolsas  
165 permeada pelo mapeamento; disse que já foi feito um calendário de reuniões com estudantes das  
166 moradias estudantis de São Carlos e Sorocaba e que serão feitas reuniões com os demais estudantes  
167 que integram o Programa de Assistência Estudantil e que esse calendário está sendo divulgado. O  
168 discente Gabriel informou que sobre essas reuniões com os alunos, a conversa que a ProACE iria  
169 realizar junto a Profa. Jesus era uma reunião à parte dessas que o Djalma falou, e que era importante  
170 que os alunos participassem das reuniões, independente de quais campi estivessem, promovendo o  
171 debate. Sr. Djalma apresentou a proposta nº 8. Promover ações educativas nas moradias da UFSCar  
172 visibilizando e reiterando cuidados já passados pelo DeAS, DeAE e DeACES quanto ao uso de  
173 máscaras, aos protocolos necessários para o combate ao Covid-19, reforçando que esses cuidados  
174 serão necessários e fundamentais caso sejam disponibilizados os ATs para estudo visando  
175 minimizar os problemas com internet das moradias de São Carlos, considerando, também o parecer  
176 do Comitê Gestor da Pandemia; disse que essa era uma ideia que surgiu devido a problemas de  
177 conexão de internet nas Moradias Estudantis e de alunos que por conta disso não estão conseguindo  
178 acompanhar o ENPE; disse que a ideia seria utilizar os espaços dos ATs enquanto esse problema  
179 não fosse resolvido; disse que em diálogo com a SIn foram informados que há instabilidade de rede  
180 na Universidade inteira, e que está sendo feita essa mobilização; disse que a ideia de utilização dos  
181 espaços trazia risco e por isso um dos pontos de debate com a Profa. Jesus seria falar sobre esses  
182 riscos e como poderiam se articular. Sr. Ivanildo disse que havia um processo envolvido com a SIn  
183 de melhorar a internet na moradia interna e que era preciso verificar o número do processo para ver  
184 o que foi feito. Sr. Djalma disse que já haviam resgatado esse processo e que fizeram uma reunião  
185 com o Sr. Erick, secretário geral da SIn, colocando essa como demanda prioritária, e que hoje já  
186 houve uma visita à moradia. O discente Gabriel disse que pessoas pediram que não ficasse só a  
187 cargo da ProACE a questão da internet; disse que a ProACE não era a única que cuidava dos  
188 estudantes, que era a base dos cuidados; disse que levou ao CoG, mas sem resultado, e que tentaria  
189 levar ao ConsUni essa demanda. O discente Gustavo disse que esse era um processo de  
190 desmistificação e de colocar as pessoas a par do que estava acontecendo na Universidade;  
191 questionou nos itens 5 e 6 se dava para se ter um panorama dos valores repassados aos estudantes,  
192 se haveria risco dos valores repassados para os estudantes da assistência estudantil serem ainda  
193 menores. Sr. Djalma disse que havia esse risco sim, que já tinham notícias de outras Universidades  
194 que não estão conseguindo pagar bolsas aos estudantes; disse que de 2019 para 2020 se teve uma  
195 redução de um milhão do PNAES e o que estava previsto era uma redução de um milhão e cem para  
196 2021, sendo o orçamento previsto de 2021 igual ao orçamento que se tinha em 2015; disse que esse

197 era um cenário complicado de cortes de recursos no qual teriam que se debruçar; disse que não  
198 existe uma lei que garanta a permanência estudantil, apenas um decreto do governo federal; disse  
199 que a ação feita com a ProAd garantiu que continuassem a encontrar perspectivas até março para o  
200 pagamento das bolsas; disse que existe sim o risco e é nacional; disse que em 2022 a lei que garante  
201 a reserva de vagas para estudantes de escolas públicas, negros e indígenas irá passar por uma  
202 revisão no Congresso e esse é um debate que precisa ser feito e as pessoas precisam se apropriar  
203 desse debate para que se possa somar e lutar para que essa lei não seja extinta e sim ampliada; disse  
204 que o cenário para democratização do Ensino Público no Brasil está em risco e cabe a nós tentar  
205 encontrar soluções juntos na proteção do Ensino Público Superior; disse que estavam tentando  
206 encontrar alternativas, que se tem feito reunião com todas as Pró-Reitorias, reunião com a FAI para  
207 tentar encontrar possibilidades dentro da FAI; disse que já foi feita essa aproximação para estudar  
208 possibilidades para trazer mais agentes na questão da permanência estudantil e encontrar soluções  
209 dentro do que se tem; disse que se ficar só na dependência do PNAES, não iriam ir muito longe e  
210 por isso estão tentando articular ações de permanência estudantil com projetos de extensão e de  
211 pesquisa e conseguir recursos de fontes externas. Sra. Valdez, chefe do DeAE, informou a respeito  
212 do problema da internet nas moradias internas que a princípio a equipe da SIn disse que precisariam  
213 aguardar mais um pouco, principalmente no bloco onde estavam tendo os maiores problemas da  
214 rede; que há 10 dias fizeram uma ação, visitaram os apartamentos e modificaram o formato; disse  
215 que recebeu informação de estudantes dizendo que retiraram roteadores de alguns apartamentos;  
216 explicou que na verdade a SIn tentou instalar equipamentos melhores nos apartamentos e  
217 intercalaram para que não houvesse interferência; disse que como até sexta-feira passada a  
218 Universidade inteira estava com instabilidade e que só agora que o sinal estava normalizando, foi  
219 solicitado que aguardassem e que observassem como estaria a situação; disse que aguardariam um  
220 retorno da equipe técnica. O discente Gustavo questionou no item 2 se depois da proposta aprovada  
221 no CoACE que iriam entrar em contato com o Comitê Gestor; recomendou que as propostas fossem  
222 levadas primeiramente ao Comitê Gestor e chegassem ao Conselho com o respaldo do Comitê. Sr.  
223 Djalma disse que isso iria acontecer pelas duas vias; que se antecipariam quando já houvesse a  
224 proposta, levando para o Comitê Gestor da Pandemia, mas que em outros momentos poderiam  
225 debater propostas que chegam no Conselho; disse que tratava-se de se estabelecer uma  
226 comunicação mais dinâmica com o Comitê Gestor que está construindo seu Regimento; que era  
227 preciso se aproximar para entender como o Comitê Gestor iria articular com outros setores da  
228 Universidade. Sr. Djalma colocou o relatório preliminar do GT em votação, e o mesmo foi  
229 aprovado por unanimidade, assim como as oito propostas apresentadas no relatório. 2.4 Prestação  
230 de contas referente ao item 10 do Edital ProACE/ProGrad N ° 01, de 21 de agosto de 2020 que  
231 dispôs sobre a seleção socioeconômica visando a concessão de suportes à inclusão digital de  
232 estudantes regularmente matriculados em cursos de graduação presenciais da UFSCar, que estejam  
233 enquadrados no perfil para atendimento do Decreto nº7.234/2010 (PNAES): Sr. Djalma disse que  
234 em agosto do ano passado foi lançado um edital, o primeiro que ocorreu na UFSCar com o tema da  
235 inclusão digital motivado pela questão da pandemia e necessidade de garantia das vidas das pessoas  
236 de estarem distanciadas e isoladas; disse que o acesso a internet não é trivial e que o Brasil tem uma  
237 desigualdade grande de acesso a internet e de qualidade de acesso e isso aconteceu nas  
238 Universidades Federais como um todo; disse que então a Universidade lançou um edital de inclusão  
239 digital que estabelecia a concessão de chips, que é uma parceria com a RNT MEC dentro do projeto  
240 de Alunos Conectados, reaberto agora; disse que outra parte do edital era a disponibilização de um  
241 recurso de R\$1500,00 para as pessoas comprarem um equipamento, especificado nesse edital; disse  
242 que foram feitas as distribuições e compras e que estavam na etapa de prestação de contas; disse  
243 que o edital previa o item 10 que regulamentava a prestação de contas para efeito desse edital, para  
244 pessoas que compraram o equipamento; disse que foi estabelecido um fluxo para poder receber  
245 essas prestação de contas, pois as pessoas precisavam scanear as notas fiscais, subir o arquivo em  
246 um sistema da SIn, então está sendo feita essa gestão em relação a etapa de prestação de contas,  
247 centralizada no trabalho da servidora Sra. Luciana que trabalha no DeACE de Araras; disse que  
248 pediu um relatório, que estava detalhado, e que não foi trazido ao Conselho por conter informações

249 pessoais e restritas, mas que traziam ao Conselho o cenário quantitativo dessa fase de prestação de  
250 contas; disse que esse edital previa 1200 bolsas na ocasião, e que 1057 estudantes foram  
251 contemplados, destes, 969 compraram os computadores e fizeram a prestação de contas, 11  
252 estudantes desistiram e devolveram o dinheiro de forma integral, 44 não fizeram prestação de  
253 contas e 33 estavam com pendências; disse que as pendências eram de compras que não estavam no  
254 nome da pessoa, equipamentos que não deveriam ter sido comprados; disse que a proposta trazida  
255 para este Conselho seria a de constituir uma comissão paritária de 1 estudante, 1 docente e 1 T.A  
256 para se debruçar sobre questões que estavam colocadas ali, principalmente destes 77 casos de  
257 problemas com a prestação de contas e emitir um parecer sobre o que se fazer, pois eram situações  
258 individuais e não poderiam ter uma régua para todas situações e como se tem os motivos, trocas de  
259 e-mails, seria interessante se debruçar e entender os problemas que estavam ocorrendo de forma  
260 individualizada; disse que alguns problemas individuais eram comuns; disse que um caminho era a  
261 ProACE fazer essa avaliação e tomar medidas que o próprio edital coloca, mas como o edital era  
262 aberto sugeririam criar uma comissão paritária com um discente, um docente e um T.A para ter  
263 acesso a esse relatório, destacando a questão do sigilo, pois há informações pessoais, para ter um  
264 parecer e criar alguns mecanismos de mediação desta prestação de contas; disse que há um  
265 procedimento caminhando para que se possa tomar uma decisão compartilhada entre Conselho  
266 sobre essas questões pendentes em relação a prestação de contas deste edital. Sra. Gisele disse que  
267 era importante a comissão para analisar caso a caso, porque se tem casos tristes e precisa ter um  
268 carinho na linha que irá seguir; disse que tinham alunos desesperados para ter acesso e acompanhar  
269 o ENPE e foi o que conseguiram na época para continuar os estudos; disse que tinha um edital com  
270 regras claras e apresentadas para serem cumpridas, mas tinha também esse outro lado. Sr. Djalma  
271 disse que a ideia da comissão estava dentro das regras, pois a prestação de contas não diz como;  
272 disse que a ideia seria ter uma comissão paritária para analisar cada caso e dentro do edital cumprir  
273 de forma compartilhada. O discente Gabriel disse que como a Gisele falou era algo que nunca  
274 ocorreu e o pessoal não sabia como proceder, e que a questão da prestação de contas era ainda mais  
275 difícil de forma remota; questionou por quais categorias seria composta essa comissão. Sr. Djalma  
276 disse que a proposta era de ser composta por 1 docente, 1 discente e 1 T.A. O discente Gabriel  
277 questionou se poderiam ver com os alunos de fora do Conselho; sugeriu para abrir vaga para um  
278 aluno de fora do Conselho que tenha usado esse auxílio porque esse aluno teria um entendimento  
279 sobre a questão pela própria experiência. Prof. Tiago sugeriu que se pedisse apoio às coordenações  
280 de curso para chegarem nesses alunos que estavam com pendências na prestação de contas, por  
281 estarem mais próximas desses alunos; ou para as chefias de departamento para que façam esse meio  
282 de campo, essa interlocução entre a ProACE e os alunos, que pode ser feita junto com a comissão  
283 que está sendo proposta. Sr. Djalma respondeu ao discente Gabriel que poderiam sim, mas que  
284 entendia que eram situações que precisavam evitar a exposição dos estudantes, com o compromisso  
285 de olhar os relatórios, pois iriam se deparar com informações pessoais e muito íntimas desse  
286 trabalho, por conta dessa troca de mensagem entre estudantes e quem estava fazendo a prestação de  
287 contas; disse que poderia abrir para outras pessoas, mas precisariam ter essa responsabilidade com o  
288 sigilo para evitar exposições; disse que ao consultar as coordenações de curso precisariam ter esse  
289 cuidado também; disse que precisavam encontrar soluções evitando exposições; disse que entendia  
290 a proposta do Prof. Tiago, que seria uma ação que se poderia tirar, depois de conversar com o  
291 estudante; disse que a ideia de ter a comissão dentro do CoACE era por saber que haveria a  
292 responsabilidade de lidar com situações que passam pelo Conselho com essa responsabilidade de  
293 não exposição dos estudantes. Sra. Gisele disse que a Sra. Luciana tomou o cuidado de fazer 'n'  
294 tentativas, mais de dez e-mails encaminhados para cada um; disse que a questão chegou até o  
295 Conselho porque foram esgotadas as vias que conseguiram de acesso; disse que alguns problemas  
296 foram sanados, pois eram bem simples. O discente Gabriel questionou o que aconteceria com os 44  
297 alunos que não prestaram contas, porque havia um edital e regras; disse que como se tentou contato  
298 diversas vezes, entendia que cada um tem suas especificidades, mas que era necessária a prestação  
299 de contas. Sr. Djalma disse que estava normatizado no item 10 do edital; disse que a prestação de  
300 contas deveria ter ocorrido no final do ano, mas foi prorrogado o edital e se prorrogou a prestação

301 também; disse que estavam com as datas que seriam limites por conta da transição que foi  
302 demorada e que precisavam se debruçar e atualizá-las também; disse que o edital diz que se a  
303 pessoa não prestar contas será aberto processo disciplinar e devolução do recurso; disse que vale o  
304 entendimento do que se compreende que são processos disciplinares em uma Instituição Pública de  
305 Ensino Superior trabalhando com a questão da permanência estudantil e como fazer isso no edital  
306 fica em aberto, por isso a proposta da comissão de ir dialogando, porque precisariam entender caso  
307 a caso; disse que durante o processo de prestação de contas se teve uma intervenção da PF para  
308 flexibilização de pontos que no edital era mais fechado; disse que já houve essa comunicação com  
309 jurídico, dado que era a primeira vez que a Universidade fazia essa ação; disse que o edital diz que  
310 o equipamento precisava ser comprado no nome do estudante, e que aconteceu, por exemplo, de  
311 alunos comprarem no nome do pai/mãe, e a PF disse que se foi feito no nome de pessoas  
312 responsáveis tudo bem; disse que havia o edital, mas havia situações não previstas e que em diálogo  
313 com a PF vão tentando esgotar essas possibilidades; disse que existe a prestação de contas indicada  
314 no edital, que se não cumprida há processos disciplinares, mas que no edital não diz como articular  
315 e como se desenhar os casos que não prestaram contas, e que é o trabalho deste Conselho,  
316 entendendo todo este contexto, como primeiro edital que teve; que se entende que é uma decisão  
317 que precisa ser mais compartilhada e conversada com o Conselho; disse que se for entender e for  
318 possível refazer editais com a mesma característica, precisariam aprender com os erros deste para ir  
319 aprimorando; disse que em nenhum momento estavam querendo ter uma características punitivista,  
320 que a ideia era ter uma proposta dialógica, por isso de a comissão ser paritária, para entender caso a  
321 caso e como fazer, e que na dúvida recorreriam a PF para sanar as dúvidas jurídicas que poderiam  
322 ocorrer. O discente Gabriel disse que alguns alunos colocaram que essa questão de tentar entender  
323 todos os casos às vezes pode fazer com que seja dado um tratamento diferente para um e para outro  
324 e alguns alunos se incomodaram porque com isso uns tem mais flexibilização que outros; por isso  
325 trouxe essa discussão para o Conselho porque entende que ninguém está tentando fazer um ser mais  
326 beneficiado que o outro. O discente Gustavo disse que se está em um Conselho de Assuntos  
327 Comunitários e Estudantis e o que mais tem que tenta trabalhar é a equidade, mas entender que  
328 pessoas tem dificuldades distintas umas das outras e que faz sentido no limite se ter tratamento  
329 diferenciado; disse que participou do processo e conseguiu prestar as contas e reconhece que outras  
330 pessoas não tiveram a facilidade que ele teve para cumprir com as regras do processo; disse que a  
331 comissão era importante para conseguir com a maior possibilidade não punir esses alunos;  
332 questionou se no grupo dos 44 alunos que não prestaram conta, se esses entraram em contato ou  
333 não. Sr. Djalma respondeu que não; disse que entendia a fala do Gustavo, que estavam em uma  
334 Instituição Pública e há questões de assimetrias muito grandes, que há regras em comum, mas há a  
335 questão da sensibilidade de entender que a permanência estudantil e política das ações afirmativas  
336 se dão em tratamentos desiguais para pessoas desiguais para atingir a equidade como o Gustavo  
337 colocou; disse que dos 44, foram tentados exaustivamente contato e não conseguiram e dos 33 eram  
338 pendências; disse que não iria expor e queria conversar sobre a proposta de se ter a comissão e o  
339 compromisso de olhar o relatório, ver informações pessoais e estabelecer estratégias, para que no  
340 limite se consiga trabalhar a equidade em um momento que precisa tomar decisões difíceis que  
341 eduque para outros editais; disse que era responsabilidade da UFSCar cuidar do processo de  
342 prestação de contas porque ela gerou isso. Sra. Gisele disse que existem realidades diferentes, como  
343 por exemplo, dos alunos indígenas, com dificuldades de prestar contas, de ter acesso, até mesmo na  
344 compra, e que é importante que não se passe a régua; que existem dificuldades de acesso desde a  
345 compra e depois prestar contas, se deslocar até uma cidade para fazer isso, porque na aldeia não  
346 conseguem, sendo essa uma realidade diferente; disse que era preciso prestar atenção nisso também.  
347 Profa. Natalia sugeriu que a forma de não expor os alunos seria sabendo quantos alunos desistiram  
348 do curso, mesmo os alunos tendo computador e chip, porque essas pessoas acabaram desistindo sem  
349 se manifestar por dificuldades de acesso; disse que poderiam pensar em entrar em contato com as  
350 coordenações verificando que alunos que não estavam no ENPE 1 e agora no ENPE 2, conseguindo  
351 entender um pouco o que houve. Sr. Djalma disse que esse é um caminho que vai de encontro com  
352 a fala do Prof. Tiago e tenta minimizar a questão da exposição; questionou se a ProACE faria isso

353 ou a comissão, porque essa ação daria conta de um ponto, mas não de toda a complexidade que  
354 estava colocada, sendo necessário outras ações; disse que se pensar em uma comissão e se debruçar,  
355 a comissão teria suas propostas e metodologias porque iria ver de fato situações concretas. Profa.  
356 Natalia disse que enquanto ProACE já ter adiantado alguns aspectos, isso facilitaria no sentido de  
357 não começar do zero; sugeriu que fizesse uma passagem de plantão da ProACE para a comissão,  
358 para a ProACE conseguir se dedicar a outros assuntos e a comissão fica com a prestação de contas  
359 do edital e a comissão elencaria como gostaria de trabalhar. Sr. Djalma disse que entendia nessa  
360 linha que a Profa. Natalia colocou, e que a ProACE continuaria próxima e iria compartilhar as  
361 decisões a serem tomadas para essas problemáticas, já que o edital permite a criação de comissões;  
362 disse que com a comissão montada iria se aproximar do material e estabelecer a metodologia de  
363 trabalho. Sr. Ivanildo concordou com o Djalma, em um primeiro momento a comissão iria fazer o  
364 levantamento e após isso precisaria conversar com os Pró-Reitores antes de tomar qualquer decisão.  
365 Sr. Djalma disse que concordava com a proposta da Profa. Natalia em compor uma comissão que  
366 iria se aproximar do material e estabelecer a metodologia de trabalho; disse que surgiram já  
367 algumas propostas que poderiam ser encaminhadas à comissão e ir assessorando, determinando um  
368 prazo. Prof. Tiago disse que um levantamento que teria que ser feito era se esses alunos com  
369 pendências concluíram o bloco B; disse que não sabia se a ProACE teria acesso ao histórico escolar  
370 ou poderia acessar via ProGrad; disse que era algo a se observar, porque se o estudante acompanhou  
371 o curso fica difícil justificar o motivo da não prestação de contas; disse que não sabe quem faz essa  
372 avaliação das prestações de conta, mas que isso poderia recair sobre o Conselho e Pró-Reitores,  
373 porém entendia que os problemas eram diversos e fogem do controle. O discente Gabriel disse que  
374 havia um novo edital de chip e se alunos que não prestaram contas ou com pendências se  
375 inscrevessem temia que isso virasse uma bola de neve de pendências de prestação de contas. Sr.  
376 Djalma disse que a questão administrativa estava sendo tomada dentro do edital; disse que com  
377 relação às tomadas de decisões estariam em contato com a PF; disse que o Gabriel tocou em um  
378 ponto que precisava fazer uma distinção, que no primeiro edital se colocou a questão do recurso  
379 financeiro para compra do computador e o chip, mas que essas eram coisas distintas, que o recurso  
380 financeiro era um recurso da UFSCar, de alguma alínea que a UFSCar concedeu ao estudante para a  
381 compra e que tinha que prestar contas; explicou que o chip era um convênio da UFSCar com o  
382 MEC, dentro do projeto Alunos Conectados, tanto que se fez posteriormente um edital só de chips,  
383 mas que não andavam juntos; disse que a prestação de contas dos chips era um trabalho de gestão  
384 entre UFSCar e a RTN MEC, que se fazia a análise socioeconômica para ver quem tinha o direito  
385 ao chip, enviavam a lista para o MEC que enviava os chips para os estudantes, e assim encerrava o  
386 processo; disse que não havia vinculação de quem não prestou contas sobre o recurso financeiro de  
387 não poder requerer o chip porque não estavam relacionadas e eram de naturezas diferentes. O  
388 discente Gustavo disse que como os 44 alunos se quer entraram em contato com a ProACE, que não  
389 tinha como a comissão proceder no momento com relação a esses alunos; sugeriu da comissão  
390 poder se debruçar sobre os 33 casos de alunos com pendências em um primeiro momento; disse que  
391 com as sugestões feitas, a ProACE poderia fazer alguns encaminhamentos mesmo sem a criação da  
392 comissão, como o levantamento de dados de quem seguiu com o ENPE, porque esse era um  
393 requisito. Sr. Djalma concordou que essa ação complementaria o trabalho da comissão, dando uma  
394 direção enquanto se faz o cruzamento dos dados dos 44 alunos com a DiGRA; disse que a proposta  
395 seria então que se constituísse uma comissão com um discente, um docente e um T.A para se  
396 debruçar em relação a prestação de contas focando nos 33 casos de alunos com pendências,  
397 enquanto a ProACE faria o cruzamento de informações sobre os 44 alunos dos quais não obtiveram  
398 retorno, verificando a situação acadêmica desses alunos junto a ProGrad; a proposta foi aprovada  
399 por unanimidade. A comissão foi composta pelo discente Jonathan Braian Dias Vaz, Profa. Natália  
400 Sevilha Stofel, técnica-administrativa Sra. Afra Vital Matos Dias Gabriel, e com Sr. Ivanildo da  
401 Silva como interlocutor da gestão nos trabalhos da comissão e assessoria. Sr. Djalma disse que a  
402 Sra. Luana tinha o contato de todos e poderia fornecer para a comissão criar um grupo e estabelecer  
403 as metodologias e cronograma. 2.5 Edital do Programa Institucional de Acolhimento e Incentivo à  
404 Permanência Estudantil (PIAPE) da UFSCar para o ano de 2021: Sr. Djalma disse que no início da

405 pandemia foi proposto e já executado uma série de projetos que se inscreveram dentro do PIAPE;  
406 muitos projetos ocorreram tinham um previsão de encerramento em outubro, mas havia no edital a  
407 previsão de prorrogação de 90 dias; foi prorrogado e se encerrou o edital dia 05 de fevereiro; disse  
408 que estavam em uma etapa de finalização de projetos e relatórios que precisavam ser computados;  
409 disse que havia uma proposta de abertura de um novo edital que pudesse acolher projetos que já  
410 existem e abrir para outros que se aproximam do PIAPE nesse processo e que queiram apresentar  
411 projetos para serem contemplados; disse que em relação ao edital passado foi feita uma reunião na  
412 qual se passou informações para colaborar para que as pessoas pudessem fazer os relatórios finais; e  
413 o que estava sendo proposto era dar seguimento e que as propostas que foram trabalhadas e  
414 levantadas e que tem sido bem avaliadas; disse que a ideia seria propor um novo edital com  
415 algumas modificações em relação ao passado. Sra. Gisele disse que sua experiência no PIAPE foi  
416 gratificante; disse que fizeram um levantamento junto aos coordenadores e tiveram mais de mil  
417 pessoas atendidas em várias frentes do PIAPE e em uma época em que as pessoas precisavam de  
418 acolhimento; reforçou a importância de projetos voltados para atender alunos em vulnerabilidade;  
419 ressaltou a importância da bolsa ao discente nesse período. Sr. Djalma disse que desde o edital  
420 passado houve propostas de modificações; disse que está sendo previsto que as pessoas que possam  
421 concorrer a bolsa do PIAPE sejam pessoas que a Instituição de alguma maneira já mapeou e que  
422 estão em situações de vulnerabilidade socioeconômica; que para ser bolsista do PIAPE tem que  
423 estar dentro do PAE, recebendo por exemplo, bolsa moradia e alimentação, mas não as outras  
424 bolsas como Promisões, bolsa Permanência e bolsa atividade; que seria para pessoas mapeadas e  
425 que de fato estão em situação de vulnerabilidade socioeconômica; disse atualmente estavam com  
426 um grupo de 22 bolsistas, e que desses 9 bolsistas eram da permanência estudantil e os outros 13  
427 não; disse que não sabiam a situação socioeconômica dessas pessoas, se estavam em situação de  
428 risco de vulnerabilidade socioeconômica; e que queriam que esse recurso, que é tão pouco, fosse  
429 direcionado para pessoas que de fato tem uma comprovação da necessidade de apoio para  
430 permanecer na Universidade; disse que a bolsa era de R\$400,00 e que havia um número limite de  
431 20 projetos; disse que essa acabava sendo a maior bolsa da ProACE e que gostariam que ela  
432 pudesse ser ofertada e que ampliassem o número de pessoas que pudessem concorrer; sendo assim  
433 propuseram que fossem 25 projetos e uma bolsa de R\$300,00; que não seria maior que a bolsa  
434 moradia e bolsas alimentação e complementar a renda de quem já é bolsista moradia e  
435 alimentação; disse que ampliaram para quatro meses com a possibilidade de prorrogação para dois,  
436 para trabalharem com seis meses, cabendo a possibilidade de cada semestre abrir um novo edital;  
437 disse que foi feita uma reorganização quanto as nomenclaturas, que no antigo edital muitas vezes a  
438 palavra coordenador(a) aparecia junto com orientador(a), e que normatizaram tudo para  
439 coordenador(a) por entenderem que a pessoa estaria coordenando um projeto do qual fazia parte a  
440 orientação do bolsistas, sendo mais amplo; disse que os eixos de saúde física, mental e proteção  
441 social foram mantidos e que incluíram algumas interfaces do PIAPE porque embora saibam que  
442 existam não estavam explícitas, como linguagens artísticas e culturais; e se observou havia projetos  
443 que tinham essa característica, mas o edital não deixava claro, por isso se evidenciou; disse que o  
444 edital passado previa que as bolsas que não eram utilizadas no projeto seriam remanejadas para  
445 outros projetos; disse que não colocaram isso no novo edital, e sim que se tivessem menos  
446 propostas do que bolsas disponíveis o excedente voltaria para bolsa moradia e bolsa alimentação,  
447 pois tratava-se da mesma fonte de recurso. Profa. Natalia questionou se já havia um mapeamento  
448 dos estudantes que estavam em maior situação de vulnerabilidade ou se seriam estudantes que já  
449 possuem bolsas. Sr. Djalma disse que iriam atualizar o mapeamento, mas não sabiam se o tempo  
450 iria ocorrer junto com o PIAPE; disse que a ideia era ter situações comprovadas de vulnerabilidade  
451 social e de risco de vulnerabilidade para serem bolsistas PIAPE. O discente Gabriel reforçou a  
452 importância das bolsas PIAPE; questionou o valor da bolsa. Sr. Djalma respondeu que no edital  
453 passado era de R\$400,00 e que não se fechava que a pessoa que fosse bolsista tinha que estar em  
454 uma situação comprovada de vulnerabilidade social ou em risco de vulnerabilidade; disse que teria  
455 22 bolsas, das quais 9 foram destinadas para pessoas que estavam em uma situação comprovada de  
456 vulnerabilidade social ou risco de vulnerabilidade e as outras 13 não se conseguia mapear e saber a

457 situação socioeconômica; disse que fechando as bolsas para quem está no Programas de Assistência  
458 Estudantil se pensou que essa bolsa complementar a bolsa moradia e alimentação; disse que se  
459 propõe que reduza o valor de R\$400,00 para R\$300,00 e aumente o número de projetos, para inserir  
460 mais pessoas que tenha comprovação do risco de vulnerabilidade em mais projetos; disse que o  
461 recurso do PNAES é o menor que existe e a ideia é que cresça, mas tem entendido de forma  
462 empírica, que o ganho para permanência estudantil do PIAPE em trabalhar com as equipe da saúde  
463 e assistência estudantil tem sido muito grande; sugerindo inserir mais estudantes em situação de  
464 vulnerabilidade como bolsistas nesses projetos, sendo 25 projetos. O discente Gabriel disse que era  
465 importante para permanência estudantil e elogiou a proposta de aumentar o número de projetos. Sr.  
466 Djalma disse que havia um cronograma previsto e exibiu para os membros: Publicação do Edital 03  
467 de março de 2021, Inscrição dos Projetos 08 a 28 de março 2021, Avaliação das propostas 29 de  
468 março a 07 de abril de 2021, Publicação do resultado 08 de abril de 2021, Apresentação dos  
469 Recursos 09 a 11 de abril de 2021, Execução do Projeto 19 de abril até 19 de agosto de 2021  
470 podendo ser prorrogado por dois meses; disse que adaptou os dias para os prazos e que as dinâmicas  
471 de trabalho continuaria a mesma junto aos departamentos. O discente Gabriel questionou se houve  
472 uma alteração de horas trabalhadas no projeto. Sr. Djalma respondeu que eram 12 horas, e que se  
473 manteve. Sr. Djalma colocou o edital em votação. O Edital do Programa Institucional de  
474 Acolhimento e Incentivo à Permanência Estudantil (PIAPE) da UFSCar para o ano de 2021 foi  
475 aprovado por unanimidade. 2.6 Renovação de bolsas e auxílio do PAE (Resolução CoACE nº 16, de  
476 20 de agosto de 2020): Sr. Djalma disse que, em agosto, em uma reunião do CoACE foi pautado a  
477 questão da renovação das bolsas e foi deliberado e emitido uma resolução CoACE nº 16 de 20 de  
478 agosto de 2020 que dispôs sobre o prazo da renovação das bolsas que deveria estar ocorrendo em  
479 agosto do ano passado; disse que essa resolução deliberada no CoACE era simples e dizia no seu  
480 único artigo que o CoACE decidiu prorrogar o prazo da renovação das bolsas auxílios de agosto de  
481 2020 para fevereiro 2021, tendo em vista a situação enfrentada durante a pandemia; disse que essa  
482 resolução caducaria agora e o prazo terminaria em fevereiro e que teriam que discutir e entender  
483 como poderiam trabalhar em cima do processo de renovação das bolsas; disse que paralelo a isso  
484 teve uma reunião com as equipes de assistência social e administrativa para debater essa questão da  
485 renovação das bolsas e que entenderam que a situação que ocasionou a prorrogação na pandemia  
486 estava pior; disse que por outro lado havia uma insegurança jurídica em relação a esse processo  
487 porque o Programa de Assistência Estudantil prevê o processo de renovação de bolsas de forma  
488 periódica; disse que tudo que foi previsto antes da pandemia tinha que ser revisto no contexto da  
489 pandemia; disse que emitiu um pedido à PF para orientar em relação a isso, se precisariam fazer a  
490 renovação ou diante da circunstância pandêmica poderiam prorrogar e estão esperando essa  
491 resposta; disse em relação ao processo de renovação das bolsas que esse é um processo que precisa  
492 ser maturado no Conselho; disse que entende, que gostaria que fosse assim e que luta por isso, mas  
493 que não é possível que a permanência estudantil possa trabalhar de uma forma universal com  
494 critérios de equidade para desconstruir assimetrias que existem; que não conseguem fazer isso e não  
495 se tem nem uma lei que garanta a permanência estudantil, se tem um decreto e algumas portarias e  
496 se tem alguns passos a construir junto para que a permanência estudantil seja entendida como  
497 direito diante das políticas públicas; disse que pelo fato de não conseguir trabalhar de uma forma  
498 universal em relação aos aspectos da assistência estudantil, se tem que cada vez mais focalizar as  
499 políticas; disse que se cria bolsas, modalidades e editais, que são critérios que podem colocar  
500 pessoas dentro, mas que deixam pessoas de fora; disse que por mais que se tente trabalhar, esses  
501 critérios vão ter sempre o seu grau de injustiça, embora tenha sido construídos com a ideia de  
502 justiça; disse que esse processo de renovação de bolsas tem que estar inserido nessa ideia, de ser  
503 mais um critério, isso porque se tem ano a ano ingresso de pessoas na Universidade com situações  
504 diferentes; que pessoas em situações de vulnerabilidade por conta da focalização da política são  
505 diferenciadas e isso vai orientando as políticas que se vai construindo; disse que o processo de  
506 renovação está dentro disso, porque se ano a ano pessoas ingressam de uma forma que se possa  
507 mapear e estão em situação de vulnerabilidade, se tem possibilidades da pessoa ter saído da situação  
508 de vulnerabilidade e isso depende de um mapeamento; disse que a renovação da bolsa pode atuar

509 com essa perspectiva de atualização e mapeamento para entender que aquela situação de  
510 vulnerabilidade da qual a pessoa estava e fez com que ela ingressasse no PAE, ela possa ser alterada  
511 de um forma positiva e tenha saído desse risco, permitindo assim que outras pessoas que estão  
512 ingressando em situação de vulnerabilidade possam entrar dentro do Programa de Assistência  
513 Estudantil; disse que nessa linha que gostaria que pudessem trabalhar, que a renovação das bolsas  
514 fosse entendida dentro do limite que é imposto por conta de ter que focalizar a questão permanência  
515 estudantil em alguns critérios; disse que o ponto de pauta era para decidir se continua com a  
516 prorrogação, mas que entendia que esse era um debate mais conceitual e político; disse que o  
517 Conselho precisaria tomar uma decisão que estava ainda condicionado a um parecer da PF, pois há  
518 questões práticas no processo de renovação que envolvem risco a saúde, porque o mesmo exige  
519 alguns documentos que são possíveis de encontrar de forma digital, mas outros que exigem  
520 deslocamento das pessoas e isso é algo que foi considerado e colocado na consulta a PF; disse que o  
521 processo de renovação de bolsas exige deslocamento e que estão esperando um parecer da PF; disse  
522 que o Conselho pode tomar decisões, mas que estão aguardando orientação jurídica em relação a  
523 isso e queriam fazer um debate político e não só jurídico. O discente Gabriel disse que essa pauta  
524 traz medo aos estudantes e ressaltou a questão do risco de contaminar alunos e T.As; disse que tem  
525 alguns documentos que podem ser encontrados na internet, mas não se garante que os alunos terão  
526 acesso; disse que se tem que pensar na saúde mental do aluno que está afetada ainda mais na  
527 pandemia; disse que os alunos tem receio de ser cortados na renovação; registrou sua preocupação  
528 com o SiSU; disse que não é interessante fazer a renovação, mas que teme que não fazê-la pode  
529 acarretar que aumente o número de alunos que fique fora da assistência estudantil; disse que é  
530 contra a renovação. O discente Gustavo concordou com a fala do Gabriel e disse que a abertura do  
531 processo de renovação de bolsas e edital para novos bolsistas devem andar juntos; disse que  
532 entendia os processos que foram sendo criados para atingir essas pessoas da melhor maneira  
533 possível, mas que achava que se abrir o processo de renovação de bolsas é imprescindível que se  
534 abra o edital para novos bolsistas; e que nesse momento da pandemia, que é mais grave do que a  
535 que se estava, com riscos maiores, é contra a abertura da renovação mesmo que atrelada a abertura  
536 de novas bolsas. Sr. Djalma concordou com a fala do Gustavo e disse que quando foi criado os  
537 benefícios para a assistência estudantil no contexto da pandemia em agosto, saíram de um  
538 investimento na assistência estudantil de R\$700.000,00 para R\$900,000,00, em média, por isso  
539 quando for abrir a renovação junto com o PAE terá que refazer os benefícios que foram criados na  
540 permanência estudantil porque o recurso é o mesmo; disse que se preocupa com o ingresso no SiSU  
541 em um quadro de maior empobrecimento da população brasileira; disse que tem que esperar ter um  
542 momento mais seguro para abrir para renovação, ingresso no Programa e revisão dos benefícios  
543 construídos no meio do ano de 2020; disse que pode se optar por prorrogar até que se tenha a  
544 resposta do jurídico e uma posição do Comitê Gestor da Pandemia, tanto da renovação quanto a  
545 abertura do PAE. Prof. Tiago propôs de se colocar um prazo, de renovar em agosto considerando o  
546 ingresso no SISU ou colocar algo referente à segurança da comunidade acadêmica nesse período de  
547 pandemia porque se em agosto se abrir para quem está desde 2020 tentando reingressar no PAE se  
548 terá em agosto os ingressos de 2020 e 2021, sendo um fluxo grande de pessoas. Sr. Djalma sugeriu  
549 prorrogar a renovação das bolsas e esperar o parecer jurídico da PF e manifestação do Comitê  
550 Gestor da Pandemia; disse que se o parecer jurídico dizer que tem que se renovar, voltariam a se  
551 reunir para tentarem entender como, dentro do que foi proposto, iriam caminhar; como a  
552 prorrogação depende do parecer jurídico e do que epidemiologicamente é viável de forma segura,  
553 sugeriu que se prorrogue a renovação até que se tenha uma resposta do jurídico e um parecer do  
554 Comitê Gestor da Pandemia; a proposta foi aprovada por unanimidade. Assim, a reunião foi  
555 encerrada com os agradecimentos do presidente e dos membros. Eu, LUANA DOMINGUES  
556 PEREIRA, na qualidade de secretária, lavrei a presente ata, que, se aprovada, será assinada pelos  
557 membros presentes.

558 Sr. Djalma Ribeiro Junior (Presidente) \_\_\_\_\_

559 Sra. Gisele Aparecida Zutin Castelani (Pró-Reitora Adjunta) \_\_\_\_\_